

Raízes históricas do nacionalismo

MOACIR WERNECK DE CASTRO *

“Tudo é nosso e nada é nosso, dependendo da nossa capacidade de definir as prioridades nacionais”, escrevia no começo desta semana (18/5) Carlos Castello Branco, em quem não me canso de admirar a maneira precisa e sutil de dizer as coisas e definir situações neste nosso conturbado quadro político nacional. Castello critica no atual presidente a instabilidade emocional e a carência de definição de uma política de longo curso. Como amigo e como admirador das virtudes do cidadão Itamar Franco, lamenta vê-lo envolvido em dificuldades, diante de um mundo que, “se vai reduzindo suas fronteiras, vai perdendo também o ranço dos preconceitos que faziam o velho Artur Bernardes proclamar que o ferro do Pico de Itabira jamais seria entregue aos ingleses e os coronéis nacionalistas da década de 50 dizer que o petróleo é nosso”.

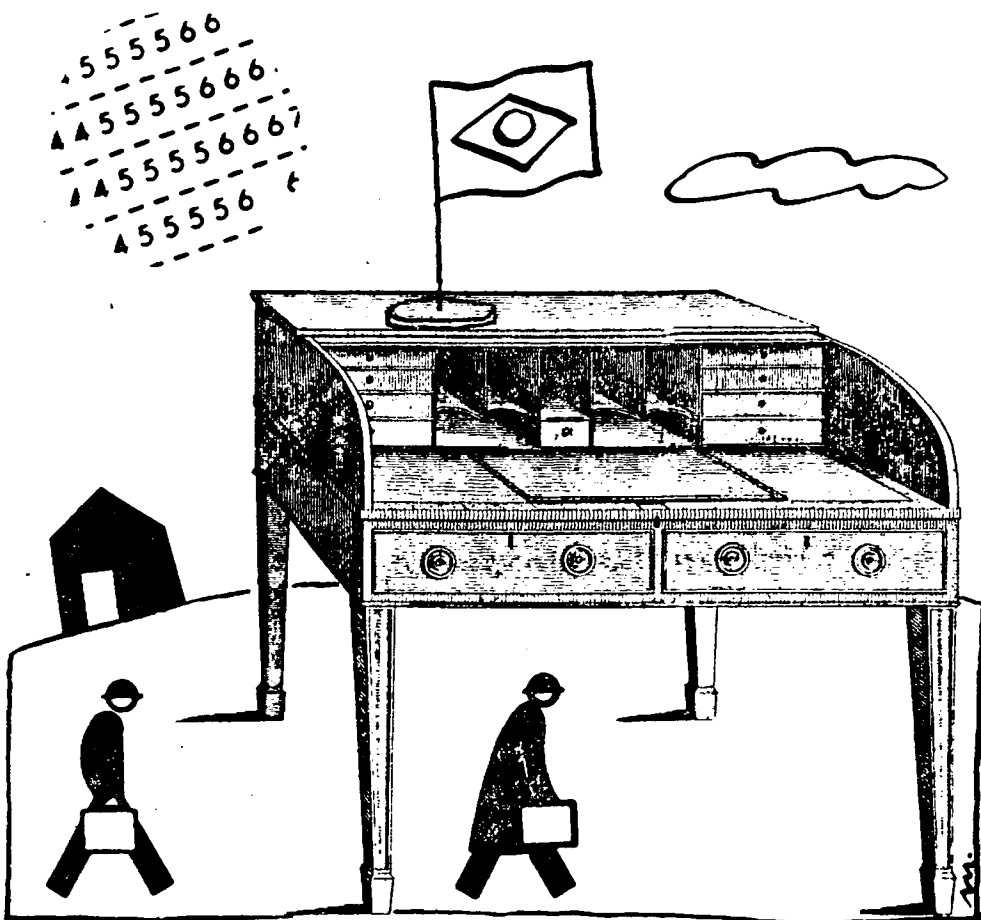
O trecho citado desperta evocações históricas dignas de atenção. Parece interessante nos determos um pouco no processo que gerou tais posições nacionalistas. Tudo se explica melhor à luz de um contexto que inflamou paixões ainda não extintas para o bem de nossa higidez cívica.

A questão do ferro foi o ponto de partida. Dizia respeito muito de perto a Minas Gerais. Artur Bernardes foi governador do estado e presidente da República. Governou o país com mão de ferro — sem trocadilho. Usou e abusou do estado de sítio, prendeu e deportou adversários políticos, provocou a revolta tenentista e a Coluna Prestes. Em matéria de política de minérios foi intransigente. Barrou as pretensões da Itabira Iron Ore Co., uma empresa anglo-americana, dirigida por Percival Farquhar, homem de vasta cancha internacional, com experiência em Cuba, na Guatemala e na Rússia soviética, e que já tocara no Brasil vários empreendimentos, como construção de ferrovias e portos, criação de gado e empresas madeireiras.

Bernardes, mineiramente, encarava com desconfiança as pretensões dessa companhia. Não queria ser passado para trás sem mais aquela. A história está resumida pelo professor Francisco Iglésias no verbete Minas Gerais da *Enciclopédia Mirador Internacional*. Ele dá conta da “insuperável oposição dos governos estaduais mineiros” ao projeto da Itabira, apoiado por Epitácio Pessoa. Foi uma batalha que durou anos, e a empresa estrangeira saiu derrotada. A Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia incorporou-a em 1939, ficando Farquhar com 48% das ações e a Cia. Vale do Rio Doce, três anos depois, assumiu o controle geral.

Acentua Iglésias que Bernardes e Raul Soares não eram contrários à exportação de minério de ferro, apenas queriam, em contrapartida, a construção de uma usina siderúrgica em Minas, sem os monopólios pretendidos por Farquhar (de exportação do minério e uso da estrada de ferro ligando as jazidas ao porto de Vitória).

Teria sido melhor ceder tudo à Itabira Iron? Estaria Bernardes movido apenas por preconceitos? A realidade é que o estrangeiro sabido estava de olho nas nossas riquezas, e era preciso ficar de olho nele. Negócio é negócio. Mineiro comprando bonde do espertalhão era puro folclore



carioca, gozação nos jornais e nos teatros-Revista da Praça Tiradentes.

Quanto ao petróleo, é história mais recente. Pode ser revista num livro que compendiou grande massa de informação a respeito, *A batalha do petróleo brasileiro*, de Mário Victor (Civilização Brasileira, 1970). A campanha chamada do “petróleo é nosso” foi apoiada por uma vasta corrente de opinião e deitou raízes históricas. Nela surgiram, em posições de diversos matizes, nomes como os de Monteiro Lobato, Oscar Cordeiro, os generais Horta Barbosa, Juarez Távora, Estevão Leitão de Carvalho, Lima Figueiredo, Estillac Leal, José Pessoa, os ex-presidentes Artur Bernardes e Eurico Dutra, o PCB de Luis Carlos Prestes, a UDN de Odilon Braga, Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro, os jornalistas Rafael Corrêa de Oliveira e Matos Pimenta, os economistas J. Soares Pereira e Rômulo de Almeida, os deputados Eusébio Rocha, Lobo Carneiro, Breno da Silveira e inúmeros outros.

Quando o projeto de criação da Petrobrás foi a debate na Câmara, lá estava, ativo, o velho Artur Bernardes. Dizia ele:

“Não tenho *parti pris* com nação alguma nem com estrangeiros. Do trato, porém, que tive com os estrangeiros que vinham tratar de altos negócios, transformei-me no maior defensor dos interesses do Brasil, isto é, passei a ser ‘nacionalista’, na frase geral. Infelizmente, tal qualificativo é hoje empregado pejorativamente em nossa terra, quando cada um de nós podia orgulhar-se desse título, visto não significar apenas amor ao Brasil e disposição para defendê-lo, mas, acima de tudo, resistência aos subornos do capital estrangeiro.”

Essas campanhas nacionalistas do passado, costuma-se objetar, perderam a razão de ser em face das novas condições criadas no mundo pelos vertiginosos avanços da tecnologia e da cessação da bipola-

ridade das potências, existente até o final da década de 80.

De fato, cada época histórica tem as suas motivações, e hoje seria difícil recriar aquela amplitude e vibração, mobilizar grandes massas sob o signo de palavras de ordem superadas por uma realidade nova. Mas é impossível fechar os olhos à violência com que se manifestam interesses e apetites de fora nesta etapa de implantação de uma “nova ordem internacional” tutelada pelas nações ricas.

Se antes prevaleciam nos países em desenvolvimento certas formas de consciência ingênua, como diria um filósofo, não está provado que nossa inserção num “quadro universal de mudanças” (para usar expressão de nota conjunta do presidente da República e dos ministros militares) deva pautar-se por uma aceitação passiva — mais ingênua ainda — do *diktat* dos poderosos.

Está havendo muita confusão em torno do conceito de modernização aplicado à economia e à política. Entre as grandes prioridades nacionais, estão sem dúvida os problemas a que aludimos em artigo anterior, a começar pelos da inflação e da miséria. Mas a receita pura e simples da modernização, como vem sendo pregada, com o inevitável complemento do receituário neoliberal, tem um conteúdo mistificador iniludível. É o manto do novo escondendo o velho — antigos subornos e trapaceiras de espertos mercadores internacionais premiados pelas mazelas de sua própria economia, presa de terríveis dificuldades. Seria desastroso embarcarmos nessa aventura.

Éramos um tanto sonhadores, ou inocentes, em tempos passados? Talvez. Mas isso não significa que devamos ser trouxas, neste final de século, confiando cegamente na lábia interesseira dos senhores do mundo.